

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Em reais mil)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

O Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIU é uma Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, autorizada a funcionar pela Portaria nº. 3.899, de 12 de dezembro de 1986, do Ministério da Previdência Social, obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social – MPS, por intermédio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

A Entidade tem como objetivo principal a instituição, administração e execução de planos de natureza previdenciária, conforme definido nos regulamentos de cada um dos planos, bem como promover o bem-estar social dos seus participantes.

O Gásius administra atualmente apenas um plano de benefício do tipo benefício definido, cujo custeio é estabelecido pelo atuário com base em avaliação atuarial. Conforme prevê o artigo 89 do seu regulamento, a este plano ficou vedado o acesso de novos participantes, a partir de 25 de agosto de 2004.

O Gásius possuía em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a seguinte quantidade de participantes:

<b>Participantes</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Ativos	53	59
Assistidos	707	719
Pensionistas	345	346
Autofinanciados	3	4
Auxílio doença	1	1
Benefício proporcional diferido	1	2
<b>Total de participantes</b>	<b>1.110</b>	<b>1.131</b>

Salientamos que para definição do número de pensionistas acima indicado, o Gásius considera um beneficiário por matrícula, enquanto o atuário considera o grupo familiar de cada ex-participante.

Os recursos de que a Entidade dispõe para administrar o plano, têm origem nas contribuições de seus patrocinadores, de seus participantes ativos e assistidos e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que obedecem ao disposto nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Está previsto na Lei Complementar 108, que as Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas por empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos – que é o caso do Gasius – se subordinam, no que couber, às regras previstas para instituições similares que têm como patrocinadora uma Entidade pública, na forma que vier a ser estabelecida pelo órgão regulador e fiscalizador.

## **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme legislação em vigor atendendo as disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa.

Os respectivos normativos estabeleceram os seguintes componentes das demonstrações contábeis que, obrigatoriamente, deverão ser divulgados no final de cada exercício social:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social;
- c) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios;
- d) Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios;
- e) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada;
- f) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios.

Essas demonstrações são apresentadas comparadas com o exercício anterior sem a segregação de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme diretrizes estabelecidas pelo órgão regulador e fiscalizador.

## **3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS.**

As principais práticas adotadas pela Entidade são resumidas a seguir:

- a. A atual sistemática fixada pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o fluxo dos investimentos que é comum as gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. O Balancete por plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa e o Balancete Consolidado, são informações adicionais criadas pela nova sistemática para as demonstrações contábeis.

W,

A

- b. As adições e deduções, as receitas e despesas e as rendas/variações positivas e as deduções/variações negativas, são registradas segundo o princípio da competência, exceto nos casos das contribuições dos autofinanciados.
- c. **Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos:** Os ativos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e os emolumentos, evidenciando-se o ágio e o deságio, quando aplicado, e o acréscimo dos juros auferidos pró-rata temporis, até a data do balanço, e apropriados mensalmente em Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas. Ao final de cada mês estes títulos são ajustados a valor de mercado.

O referido critério encontra-se adequado à classificação na categoria de títulos para negociação, procedimento utilizado pelo Instituto. (Resolução CGPC nº 4/2002 e nº 15/2005 e Instrução SPC nº 34/2009)

- d. **Ações:** Estes ativos de renda variável são registrados pelo custo de aquisição, acrescido das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, bem como, ao final de cada mês, são avaliados ao valor de mercado, observada a legislação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A variação oriunda da comparação entre os valores contábeis e os de mercado é apropriada em conta analítica do mercado de renda variável como Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas, admitindo-se a compensação.

As bonificações, os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio são reconhecidos contabilmente a partir da publicação da decisão da assembléia geral dos acionistas ou do ato que formalize a obrigação do emissor.

- e. **Fundos de Investimentos:** Estes fundos são registrados pelos efetivos desembolsos nas compras de cotas e são acrescidos pela variação destas cotas ao final de cada mês, registrando-se as diferenças em conta de resultado como variações positivas / negativas.
- f. **Investimentos Imobiliários:** Estão registrados ao custo de aquisição, inclusos honorários, taxas, emolumentos, tributos e demais encargos incidentes sobre as operações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa correspondente ao tempo de vida útil remanescente a partir da última avaliação.

Os imóveis são reavaliados a cada três anos de acordo com a legislação vigente. Os ajustes provenientes, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida de Rendas/Variações Positivas ou Deduções/Variações Negativas.

- g. **Empréstimos e Financiamentos:** Referem-se aos empréstimos simples, estando incluídas as parcelas referentes ao principal, acrescidos da atualização monetária e juros até a data do balanço.

*W*

*A*

**INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL DA CEG – GASIU**

**h. Provisões Para Perdas de Investimentos e Créditos Duvidosos:** As provisões são constituídas levando-se em consideração os riscos e as incertezas de realizações dos rendimentos auferidos e de recebíveis, mediante critérios estabelecidos no item 11 da IN – SPC nº 34/2009.

**i. Imobilizado:** Custeados pelo Plano de Gestão Administrativa – PGA estão registrados ao valor de aquisição e são depreciados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme a seguir indicado.

Bens	Taxa Anual
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%

**j. Despesas Administrativas:** São registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA) por meio de sistema de alocação específica, para atender as gestões Previdencial e de Investimentos.

**l. Exigível Operacional:** Registra as obrigações com terceiros provenientes de compromissos com os assistidos, participantes, impostos e contribuições a recolher e operações financeiras a pagar.

**m. Exigível Contingencial:** São registradas ações contra a Entidade nas áreas administrativa, trabalhista e fiscal, que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remoto com os seguintes conceitos:

- Provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer;
- Possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, porém maior que remota;
- Remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

Os passivos contingentes classificados como perdas prováveis, são registrados no balanço como provisões para perdas, já aqueles classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

**n. Provisões Matemáticas:** Constituídas por critérios e metodologias atuariais, conforme avaliação e parecer atuarial. Os valores são estimados com base em fundamentos técnicos para atender as obrigações com benefícios futuros, apresentadas a valor presente.

*W/*

*CA*

- o. **Demonstrações Contábeis Consolidadas:** O Balanço Patrimonial representa os saldos das contas patrimoniais do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

A Demonstração da Mutação do Ativo Líquido representa: o saldo inicial do Ativo Líquido, bem como as receitas e despesas, dos respectivos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa. As receitas de contribui es estão registrados pelo seu valor líquido, ou seja, as contribui es normais dos patrocinadores, participantes ativos e assistidos menos o custeio administrativo.

A Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada representa o saldo inicial do Fundo Administrativo, bem como, o resultado de suas opera es.

#### 4. GESTÃO PREVIDENCIAL

Registra os direitos da Entidade relativos às contribui es da patrocinadora e dos participantes, os créditos de opera es com a patrocinadora, as despesas futuras a serem apropriadas no resultado nos meses subseqüentes e demais direitos da gestão.

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG assinou em 29 de janeiro de 2004 o Instrumento de Confissão de D vida, no valor de R\$ 54.207 mil, referente às diferenças de contribui es devidas pela CEG e vertidas a menor no período de fevereiro de 1987 a outubro de 1999, bem como o saldo das obriga es assumidas pela CEG para cobertura dos riscos prioritários. A patrocinadora comprometeu-se a liquid -lo em 144 parcelas mensais e consecutivas a juros de 1% ao mês, mais a varia o do INPC, vencendo a primeira em 28 de fevereiro de 2004.

Como garantia deste contrato, a CEG, cedeu e transferiu ao Gasius, nos exatos valores que se tornarem exigíveis, os créditos existentes em sua conta de depósito, provenientes das contas de gás de sua competência, recebidas através do interveniente Banco Bradesco S.A.

Mensalmente a patrocinadora vem recolhendo as parcelas devidas em seus respectivos vencimentos. Ao final deste exercício, este contrato apresentava um saldo devedor de R\$ 1.122 mil, que acrescidas das contribui es a receber de R\$ 384 mil atingiu o montante de R\$ 1.506 mil. No exercício anterior o saldo devedor da d vida da patrocinadora era R\$ 13.149 mil, enquanto as contribui es a receber era R\$ 376 mil totalizando o montante de R\$ 13.525 mil.

#### 5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra a receita a receber decorrente de serviços e outras opera es de natureza administrativa, despesas futuras a serem apropriadas nos meses subseqüentes e demais direitos do programa. O saldo desta rubrica representa R\$ 34 mil no exercício atual e R\$ 22 mil no exercício anterior.

W

A

**6. INVESTIMENTOS**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade possuía os recursos garantidores do exigível atuarial, em consonância com as Resoluções CMN nº 3.792 de 24/09/2009 e 4.275 de 30/10/2013. As aplicações da entidade estão distribuídas em títulos de renda fixa, fundos de investimentos, ações, investimentos imobiliários e empréstimos aos participantes. Os quadros a seguir demonstram a composição de cada um destes segmentos.

O Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC estabeleceu critérios para registros e avaliação contábil dos títulos e valores mobiliários, produzindo efeitos a partir de 30/01/2002.

Em conformidade com a Resolução MPAS/CGPC nº. 04, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras foram classificados na categoria Títulos para Negociação, portanto avaliados ao valor de custo, acrescidos dos rendimentos, apropriados do ágio, do deságio, dos rendimentos ou dos encargos mensais e do ajuste a valor de mercado.

O valor de mercado da NTN-B é apurado com base em dados de negociação disponibilizados pela Andima e os das debêntures são definidos a partir de dados apurados pela Bovespa/BMF.

**6.1 Títulos de Renda Fixa**

As aplicações em títulos de renda fixa estão compostas em Notas do Tesouro Nacional tipo B e Debêntures da Cemig, conforme detalhamento a seguir.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO CARTEIRA DE RENDA FIXA							R\$ 1.000
especificação	datas		2015		2014		
	aplicação	vencimento	quantidade	valor	quantidade	valor	
1 Título Público NTN b	31/05/2006	15/08/2024	1.150	3.005	1.150	2.927	
2 Título Público NTN b	14/11/2006	15/08/2024	4.400	11.496	4.400	11.198	
3 Título Público NTN b	20/03/2008	15/05/2017	10.000	27.803	10.000	25.392	
4 Título Público NTN b	09/04/2008	15/08/2024	10.000	26.128	10.000	25.450	
5 Título Público NTN b	27/05/2009	15/08/2020	20.000	54.154	20.000	50.978	
6 Título Público NTN b	08/12/2010	15/08/2020	5.000	13.539	5.000	12.745	
7 Título Público NTN b	08/12/2010	15/08/2030	5.000	12.628	5.000	12.644	
8 Título Público NTN b	17/06/2014	15/05/2035	2.400	5.811	2.400	5.959	
9 Título Público NTN b	17/06/2014	15/08/2040	2.000	4.883	2.000	5.028	
10 Título Público NTN b	15/12/2014	15/08/2040	4.000	9.766	4.000	10.056	
11 Título Público NTN b	15/12/2014	15/05/2035	3.600	8.716	3.600	8.938	
12 Título Público NTN b	09/02/2015	15/08/2030	5.000	12.628	0	0	
13 Título Público NTN b	09/02/2015	15/08/2040	5.000	12.208	0	0	
14 Título Público NTN b	15/12/2015	15/05/2019	1.700	4.594	0	0	
15 Título Público NTN b	20/07/2005	15/05/2015	0	0	10.000	25.560	
16 Título Público NTN b	19/10/2005	15/05/2015	0	0	2.280	5.828	
<b>Total NTN b</b>			<b>79.250</b>	<b>207.359</b>	<b>79.830</b>	<b>202.703</b>	

1	- Debêntures Cemig	21/12/2007	15/12/2017	700	7.764	700	10.737
---	--------------------	------------	------------	-----	-------	-----	--------

## 6.2 Fundos de Investimentos

Os recursos aplicados nos fundos de investimentos estão distribuídos em fundos de renda fixa, fundos de renda variável e investimentos estruturados, conforme desdobramento abaixo.

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS					R\$ 1.000	
Descrição	instituição	2015		2014		
		quantidade	total	quantidade	total	
<b>Fundos de renda fixa</b>						
1 - HSBC FI Refer. DI Exec	HSBC	668.450	6.184	303.330	2.474	
2 - Sul AMERICA Multi Inst	Sul America	0	0	129.109	3.546	
3 - ITAU Instit. Active Fix	ITAU	19.600	11.951	16.104	8.680	
4 - RIO BRAVO Cred. Priv. FI	RIO BRAVO	3.701.038	7.807	2.098.666	3.912	
5 - BTG PACTUAL Emis. Prim II	BTGP	927.231	949	927.231	1.254	
6 - BRADESCO FIF Premium DI	BRADESCO	660.380	5.599	261.208	1.954	
7 - ICATU VANG .Infl .Longa FI	MELLON	4.020.261	7.924	4.020.261	7.604	
8 - HSBC Cred. Priv. Perf. Inst.	HSBC	7.754.281	15.228	6.428.441	11.088	
9 - ITAU Renda Fixa IMAB5+	ITAU	551.326	6.930	551.326	6.590	
10 - SUL AMERICA Inflatie IMAB	Sul América	253.797	5.900	253.798	5.449	
11 - SANTANDER Master RF CP LP	SANTANDER	285.427	4.802	0	0	
<b>Total</b>		<b>18.841.791</b>	<b>73.274</b>	<b>14.989.474</b>	<b>52.551</b>	
<b>Fundos de renda variável</b>						
1 - ITAU Rpi Ações Ibovespa	ITAU	3.581.312	4.429	3.581.312	4.877	
2 - HSBC Fica Reg. Previd.	HSBC	4.639.765	4.976	4.639.765	5.450	
3 - ICATU Vanguarda Divid.	ICATU	3.404.202	7.736	3.404.202	8.137	
4 - BRADESCO FIA Divid.	BRADESCO	939.341	4.454	939.341	5.018	
5 - RIO BRAVO Fundamental FIA	BMD	340.666	1.627	0	0	
6 - RIO BRAVO Fundamental Inst.	RIO BRAVO	0	0	16.092	1.754	
7 - ITAU Fundo de Fundo	ITAU	154.877	1.709	154.877	1.841	
<b>Total</b>		<b>13.060.163</b>	<b>24.931</b>	<b>12.735.589</b>	<b>27.077</b>	
<b>Investimento estruturado</b>						
1 - Fundo SANTANDER Cap. Proteg.	SANTANDER	0	0	256.394	4.178	
2 - Fundo ITAU Redge MM	ITAU	87.696	2.417	87.695	2.200	
3 - Fundo RT Hedge Plus MM	ITAU	89.094	1.198	89.094	1.109	
4 - Fundo ITAU Sol Ret Absol.	ITAU	98.900	1.140	98.900	1.034	
<b>Total</b>		<b>275.690</b>	<b>4.755</b>	<b>532,083</b>	<b>8.521</b>	
<b>Total dos fundos de investimentos</b>			<b>102.960</b>		<b>88.149</b>	

## 6.3. Renda Variável – Ações e Empréstimos de Ações

Registra as aplicações em ações de empresas de capital aberto, as quais estão demonstradas pelo valor de mercado, com base na cotação de fechamento ocorrida no pregão do último dia de cada mês na Bolsa de Valores de São Paulo. Os dividendos resultantes dessas aplicações estão contabilizados pelo regime de competência.

W  
4

Demonstrativo consolidado de ações						R\$ 1.000
especificação	Código	2015		2014		
		quantidade	valor	quantidade	valor	
<b>Ações mercado a vista</b>						
1 - Bradesco	BBDC4	62.683	1.209	121.172	4.248	
3 - Cemig	CMIG3	135.003	869	113.530	1.567	
4 - Cemig	CMIG4	0	0	35.762	470	
2 - BR Foods	BRFS3	314	17	48.126	3.053	
5 - Gerdau	GGBR4	0	0	0	0	
6 - Itausa	ITSA4	287.044	1.975	326.362	3.065	
7 - Itau unibanco	ITUB4	2.979	78	76.469	2.646	
8 - Lojas Americanas	LAME4	164.983	3.201	164.983	2.844	
9 - Petrobras	PETR4	0	0	318.685	3.193	
10 - Tractebel	TBLE3	85.100	2.850	85.100	2.879	
11 - Vale do Rio Doce	VALE5	69.163	709	188.400	3.623	
<b>Subtotal</b>		<b>807.269</b>	<b>10.908</b>	<b>1.478.589</b>	<b>27.588</b>	
Valores a receber		0	249	0	169	
<b>Total</b>			<b>11.157</b>		<b>27.757</b>	
<b>Empréstimos de ações</b>						
1 - Petrobras	PETR4	322.240	2.159	3.555	36	
2 - Vale do Rio Doce	VALE5	119.237	1.222	0	0	
3 - BR Foods	BRFS3	59.686	3.305	11.874	753	
4 - Bradesco	BBDC4	88.558	1.708	4.863	170	
5 - Cemig	CMIG3	0	0	21.473	296	
6 - Cemig	CMIG4	41.534	255	5.772	76	
7 - Itausa	ITSA4	90.803	625	14.563	137	
8 - Itauunibanco	ITUB4	81.136	2.136	0	0	
<b>Subtotal</b>		<b>803.194</b>	<b>11.411</b>	<b>62.100</b>	<b>1.468</b>	
Valores a receber		0	1	0	1	
<b>Total</b>			<b>11.412</b>		<b>1.469</b>	
<b>Total geral</b>		<b>1.610.463</b>	<b>22.569</b>	<b>1.540.689</b>	<b>29.226</b>	

#### 6.4. Investimentos Imobiliários

A letra h, item 19 do inciso II, anexo A da instrução nº 34/2009, determina que as Instituições devem reavaliar seus imóveis a cada 3 anos. A última avaliação dos imóveis foi feita no ano de 2013 pela empresa Bolsa de Negócios Imobiliários do Rio de Janeiro

A depreciação anual é calculada pelo prazo de vida útil remanescente do laudo técnico de avaliação.

6,

7



O quadro a seguir demonstra a posição dos investimentos imobiliários nos exercícios findos em dezembro de 2015 e 2014:

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO - IMÓVEIS		R\$1.000	
Descrição	2015	2014	
<b>Investimentos imobiliários</b>			
- Aluguéis e renda			
- Locados a terceiros			
- Av. Presidente Vargas 309 - 19º andar	1.968	1.988	
- Av. Graça Aranha 172 - 7º andar ao 12º andar	24.930	25.086	
- Av. Rio Branco 67 - 17º, 19º, 20º, 23º e 27º andares	9.268	9.325	
- Av. Rodrigues Alves 173 - 53 vagas de garagem	1.094	1.112	
<b>Total – R\$ mil</b>	<b>37.260</b>	<b>37.511</b>	
- Valores a receber	35	161	
<b>Total</b>	<b>37.295</b>	<b>37.672</b>	

## 6.5 Empréstimos

Os valores a receber dos empréstimos a participantes são registrados pelo valor do principal, acrescidos dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2015 e deduzidas às amortizações.

Permanece ainda neste exercício, a cobrança da taxa de quitação por morte incidente sobre o saldo devedor dos empréstimos concedidos para as pensionistas, com o objetivo de constituir fundo a ser utilizado para abater eventual saldo devedor devido por pensionistas em caso de seu falecimento.

A taxa de administração de empréstimos instituída em outubro de 2010 a ser cobrada dos participantes, e que se destina a cobrir os custos da gestão administrativa com a concessão e controle dos mesmos, permaneceu ainda neste exercício.

Ao final do exercício de 2015 os empréstimos a receber dos participantes, apresentava um saldo de R\$ 8.438 mil contra R\$ 8.419 mil no exercício anterior.

## 7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A conta de reserva de contingência corresponde ao risco provável das ações movidas contra a entidade. O saldo desta conta no exercício anterior que era de R\$5.875 mil, foi ajustado neste exercício para R\$ 1.483 mil, em conformidade com avaliações feitas pelos assessores jurídicos do Gasius, considerando os atuais estágios das demandas. Individualmente, o valor da provisão para processos movidos por participantes, e ex participantes foi avaliado para o ano de 2015 em R\$ 902 mil (R\$ 951 mil em 2014), e a provisão referente a ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região – Sintergia, contra o Gasius, decorrente de divergência na aplicação de índices de correção nas devoluções das reservas de poupança, oriundas dos planos econômicos implementados nos anos de 1987 a 1981, foi de R\$ 581 mil (R\$ 4.924 mil em 2014). Complementarmente

nossos consultores jurídicos avaliam contingências classificadas como possível.

A Entidade possui uma única contingência de natureza trabalhista no valor de R\$172 mil, que foi avaliada pelos nossos consultores jurídicos como risco possível.

## 8. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais e representam os compromissos da Entidade para com seus participantes, assistidos e/ou seus beneficiários, referentes a benefícios concedidos e a conceder. Seus valores foram constituídos em conformidade com a legislação vigente.

Estas provisões foram calculadas para dezembro de 2015, com base na tábua de mortalidade AT 2.000 suavizada em 10% e segregada por sexo em consonância com a avaliação técnica feita pelo atuário do plano. Em dezembro de 2015 a taxa atuarial do plano é de 5% ao ano.

Estas provisões matemáticas encontram-se detalhadas no quadro demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios, parte das demonstrações contábeis anuais.

## 9. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08 de 31 de outubro de 2011, e instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

O patrimônio do PGA é acrescido pelas seguintes receitas: 28% das receitas previdenciais, pelas receitas de administração de empréstimos, e pelas rentabilidades de aplicações feitas pelo Fundo Administrativo, e deduzido pelas despesas relativas à administração previdencial e de investimentos, ficando as sobras ou insuficiências registradas nesse fundo.

Para a cobertura das despesas administrativas relacionadas ao programa de investimentos, os recursos necessários são oriundos de transferências para o PGA de parte da rentabilidade das aplicações financeiras.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo do Gasius, em conformidade com a Resolução CGPC nº 29 datada de 31 de agosto de 2009, a qual determina que o total anual das despesas administrativas não pode ultrapassar a 9% da soma das receitas previdenciais, acrescidas das despesas com benefícios previdenciais.

O critério de alocação das despesas administrativas foi mantido como nos exercícios anteriores, ou seja, as despesas claramente identificadas de cada

gestão foram a elas diretamente imputadas, e aquelas que são comuns a duas gestões (previdenciais e de investimentos), foram rateadas proporcionalmente entre eles, com base em estudos internos realizados.

A Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada que compõe as Demonstrações Contábeis Anuais, detalha o comportamento das receitas e despesas administrativas ocorridas no exercício.

## 10. RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

### 10.1 Gestão Administrativa

Conforme demonstrativo abaixo, a diferença entre as receitas recebidas e as despesas realizadas, totalizaram neste exercício o montante de R\$ 1.191 mil contra R\$ 959 mil no exercício anterior, o que elevou o fundo administrativo para R\$ 5.496 mil contra R\$ 4.305 mil no exercício anterior.

Descrição	2015	2014
Custeio administrativo	2.647	2.383
Despesas administrativas	(1.456)	(1.424)
Resultado Líquido	1.191	959

### 10.2 Gestão Previdencial

Nesta gestão são registradas as receitas de contribuições dos participantes e das patrocinadoras, bem como, os rendimentos oriundos da confissão da dívida e as despesas com pagamentos de benefícios aos participantes. O resultado líquido entre estas rubricas apresentou, neste exercício, uma insuficiência de R\$ 23.308 mil contra uma insuficiência de R\$ 21.001 mil em 2014,

Descrição	2015	2014
Contribuições	5.176	5.400
Benefícios	(28.484)	(26.401)
Resultado Líquido	(23.308)	(21.001)

### 10.3 Gestão dos Investimentos – Previdencial

Este fluxo destina-se a registrar, durante o exercício, os rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações dos recursos da entidade no mercado de capitais, bem como a remuneração na concessão de empréstimos aos participantes, além dos aluguéis recebidos pelos imóveis locados a terceiros, deduzidas as despesas direta ou indiretamente ligadas ao programa.

No ano de 2015 os rendimentos líquidos auferidos pela Instituição, descontadas as despesas com o custeio administrativo dos investimentos, totalizaram R\$ 20.810 mil contra R\$ 33.895 mil obtidos no ano de 2014.

A seguir, está apresentado o quadro resumo comparando os resultados dos exercícios 2015 e 2014.

W.  
CA

Descrição	2015	2014
<b>Rendimentos</b>		
Títulos públicos federal	18.964	24.064
Créditos privados e depósitos	1.763	1.298
Ações	(5.773)	(597)
Fundos invest. (renda fixa, variável e estruturado)	4.880	6.389
Investimentos imobiliários	31	2.100
Empréstimos e financiamentos	1.790	1.462
<b>Total dos rendimentos</b>	<b>21.655</b>	<b>34.716</b>
Custeio administrativo de investimentos	(640)	(621)
Taxa de administração de empréstimos	(205)	(200)
<b>Total rendimento líquido</b>	<b>20.810</b>	<b>33.895</b>

#### 11. SUPERÁVIT / DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO

O superávit/déficit técnico é a diferença positiva ou negativa entre os bens e direitos da Entidade comparados com os compromissos sob sua responsabilidade. Como se observa no quadro a seguir, o Gasius apresentou um déficit acumulado de R\$ 23.389 mil contra um superávit acumulado de R\$ 30.031 mil no exercício anterior, o que representou um decréscimo no superávit no valor de R\$ 53.420 mil em relação ao exercício anterior.

Descrição	2015	2014
Resultado líquido – programa previdencial:		
Recursos coletados menos recursos utilizados	(23.308)	(21.001)
Rendimento dos investimentos	20.810	33.895
Custeio Administrativo	(1.193)	(1.161)
Provisões Matemáticas	(54.121)	(22.348)
Constituição/reversão de contingências	4.392	(4.004)
<b>Sub total</b>	<b>(53.420)</b>	<b>(14.619)</b>
Superávit acumulado no início do exercício	30.031	44.650
Déficit acumulado no fim do exercício	23.389	30.031

O resultado negativo neste exercício está impactado, por um lado, pelo elevado crescimento das provisões matemáticas como consequência, principalmente, do elevado nível inflacionário observado no decorrer do ano ( o INPC em 2015 elevou-se em 11,3%), e por outro, pela baixa rentabilidade dos investimentos, a qual foi de apenas 4,1%, fatores esses que decorreram, única e exclusivamente, da difícil situação enfrentada pela economia brasileira em 2015.

No decorrer do ano a entidade utilizou o mesmo perfil de investimentos considerado para os últimos anos mantendo, inclusive, em sua quase totalidade, os mesmos ativos existentes ao final do ano anterior.

Destacamos que já contratamos empresas especializadas para nos assessorar no gerenciamento de nossa carteira de imóveis, e para avaliação de nossa política de investimentos e elaboração de estudos que, entendemos, poderão identificar possíveis modificações a serem procedidas em variáveis que venham impactar, positivamente, a situação futura do plano.

## 12. RENTABILIDADE

A rentabilidade nominal total obtida pelas aplicações dos recursos garantidores das reservas técnicas durante o exercício de 2015 foi de 4,1%, taxa esta que ficou 12,2% abaixo da meta atuarial. Em 2014 esta rentabilidade foi de 10,2%, o que correspondeu a 1,2% abaixo da meta atuarial.

O quadro a seguir demonstra os percentuais de rentabilidade de cada segmento:

Segmentos	2015	2014
	%	%
Renda fixa	8,0	13,6
Renda variável	(15,4)	(3,4)
Investimento estruturado	9,4	12,4
Investimentos imobiliários	(0,4)	5,6
Operações com participantes	23,5	19,6

## OUTRAS INFORMAÇÕES.


O GASIUS juntamente com outras entidades fechadas de previdência complementar, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 24 de julho de 1986, Art. 7º, adquiriu Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND, com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN - Obrigação do Tesouro Nacional. A ABRAPP, representando os Fundos de Pensão, ajuizou a União Federal requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários decorrentes da OFNDs (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento) ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991. A ação objetivou o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, propondo a adoção do IPC, em vez do BTN, durante o período citado.

*W* *JK*

A ação foi julgada procedente, tendo ocorrido o trânsito em julgado do mérito em 28 de setembro de 2008, estando o processo, entretanto, ainda em fase de execução.

Em 14 de outubro de 2011, a PREVIC emitiu o Ofício nº 4674/2011/CGMC/DIACE/PREVIC que determinou, em caráter prudencial, que enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos pela União Federal relativos a referida ação judicial, não deve ser efetuado o registro contábil, devendo apenas constar em nota explicativa.

  
WAGNER MENDES COSTA  
Diretor Superintendente

  
ALBERTO BALASSIANO  
Contador CRC – RJ 16.988/0